

BREVE ANÁLISE DA EXECUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Larissa dos Santos

Resumo: Esta pesquisa elucida uma análise crítica acerca da execução de políticas públicas que contemplam direitos sociais para pessoas com deficiência nos municípios da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde/RS. Enfatiza-se que, no Brasil, 23,9% da população residente possui algum tipo de deficiência seja visual, auditiva, motora, mental ou intelectual. Especificamente no Rio Grande do Sul cerca de 2.549.691 residentes (23,84%) possuem algum tipo destas deficiências citadas (IBGE, 2010). Neste sentido, iniciativas para garantir a inclusão e os direitos das pessoas com deficiência atravessou décadas se intensificando após 1970 com a criação do Movimento das Pessoas com Deficiência. Atualmente os direitos sociais para as pessoas com deficiência estão previstos nas leis nº 13.146/2016 e 14.859/2016 na territorialidade do Estado do Rio Grande do Sul. Tal prescricividade implica na execução de políticas públicas pelos municípios na perspectiva de garantir a inclusão desta população. Assim, pontua-se os objetivos que nortearam este trabalho, a saber: mapear os serviços e benefícios de políticas públicas voltados para pessoas com deficiência em municípios da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde atendidos pelo SRfis da UNISC; conhecer o contexto de inserção de pessoas com deficiência nos serviços e benefícios mapeados; sistematizar informações relativas a serviços e benefícios. Referente aos aspectos metodológicos, este estudo é de caráter exploratório e de natureza qualitativa (GIL, 2008). Acompanhado de revisão de literatura, bibliográfica, documental e trabalho de campo. Como procedimentos adotou-se a realização de entrevistas com roteiro semiestruturado aplicadas à Assistentes Sociais e gestores de políticas de saúde, assistência social e habitação dos municípios correspondentes. Alguns resultados desta pesquisa indicam que a execução de políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, no recorte da pesquisa, não é inteiramente positiva. Os dados possibilitaram compreender, de forma mais explícita, a situação extremamente vulnerável que vivem as pessoas com deficiência, no que diz respeito a execução de seus direitos.

Abstract: This research elucidates a critical analysis about the execution of public policies that contemplate social rights for people with disabilities in the municipalities of the 13th Regional Health Coordination/RS. It is emphasized that in Brazil, 23.9% of the resident population has some kind of disability, whether visual, auditory, motor, mental or intellectual. Specifically in Rio Grande do Sul, some 2,549,691 residents (23.84%) have some of these deficiencies cited (IBGE, 2010). In this sense, initiatives to guarantee inclusion and the rights of people with disabilities went through decades of intensifying after 1970 with the creation of the Movement of People with Disabilities. Currently the social rights for people with disabilities are provided for in laws 13.146 / 2016 and 14.859 / 2016 in the territoriality of the State of Rio Grande do Sul. Such prescriptivity implies the execution of public policies by the municipalities with a view to ensuring the inclusion of this population. Thus, the objectives that guided this work are outlined: Map the services and benefits of public policies aimed at people with disabilities in municipalities of the 13th Regional Health Coordination, assisted by the SRIS of the UNISC; know the context of insertion of people with disabilities in the services and benefits mapped; systematize information regarding services and benefits. Regarding methodological aspects, this study is exploratory in nature and qualitative in nature (GIL, 2008). Accompanied by literature review, bibliographical, documentary and field work. As procedures, semi-structured interviews were applied to the municipal managers of the health policies, social assistance and housing of the corresponding municipalities and the users who were waiting for the assistance. Some results of this research indicate that the implementation of public policies aimed at people with disabilities, in the cut of the research, are not entirely positive. The data made it possible to understand, in a more explicit way, the extremely vulnerable situation of people with disabilities, regarding the enforcement of their rights.